



KALDOR E PREBISCH: REFLEXÕES SOBRE A INDUSTRIALIZAÇÃO E AS ECONOMIAS DE BRASIL E ARGENTINA

*KALDOR Y PREBISCH: REFLEXIONES SOBRE LA INDUSTRIALIZACIÓN Y
LAS ECONOMÍAS DE BRASIL Y ARGENTINA*

*KALDOR AND PREBISCH: REFLECTIONS ON INDUSTRIALIZATION AND THE
ECONOMIES OF BRAZIL AND ARGENTINA*

Francisco Thainan¹ 

Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Resumo: O presente artigo abordará os pensamentos de Nicholas Kaldor e Raúl Prebisch acerca da dinâmica macroeconômica, enfatizando a importância da industrialização, a produção de produtos complexos e a relevância relativa da indústria para elevar os níveis de crescimento e redução do dreno atual de recursos na relação centro-periferia, trazendo como enfoque as economias de Argentina e Brasil. Para a execução deste trabalho, será feita uma revisão bibliográfica dos textos originais dos autores bem como de textos relevantes para a compreensão teórica do seu pensamento. Também se recorrerá a obras que versem sobre a dinâmica industrial dos dois países e seus respectivos dados empíricos sobre o tema. O desenvolvimento do trabalho permite a conclusão da relevância da construção teórica de ambos os autores na interpretação de problemas e determinantes para o crescimento das economias da Argentina e do Brasil.

Palavras-chave: Macroeconomia; Industrialização; Política Econômica; Brasil; Argentina.

Resumen: Este artículo abordará el pensamiento de Nicholas Kaldor y Raúl Prebisch sobre la dinámica macroeconómica, enfatizando la importancia de la industrialización, la producción de productos complejos y la importancia relativa de la industria para elevar los niveles de crecimiento y reducir el drenaje de los recursos corrientes de la relación centro-periferia, centrándose en las economías de Argentina y Brasil. Para la ejecución de este trabajo se realizará una revisión bibliográfica de los textos originales de los autores, así como de textos relevantes para la comprensión teórica de su

¹ Graduado em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal de São Paulo. E-mail: thainan.maia12@unifesp.br.

pensamiento. También se recurrirá a trabajos que traten sobre la dinámica industrial de los dos países y sus respectivos datos empíricos sobre el tema. El desarrollo del trabajo permite en la conclusión destacar la construcción teórica de ambos autores en la interpretación de problemas y determinantes para el crecimiento de las economías de Argentina y el Brasil.

Palabras clave: Macroeconomía; Industrialización; Política económica; Brasil; Argentina.

Abstract: This article will address the thoughts of Nicholas Kaldor and Raúl Prebisch about macroeconomic dynamics, emphasizing the importance of industrialization, the production of complex goods, and the relative importance of the industry to raise levels of growth and reduce the drain of current resources, through the center-periphery relationship, focusing on the economies of Argentina and Brazil. A bibliographic analysis of the authors' original writings as well as writings important to the theoretical comprehension of their thinking was done in order to complete this study. In addition to resorting to works that deal with the industrial dynamics of the two countries and their respective empirical data on the subject. The development of the work allows concluding the theoretical construction of both authors in the interpretation of problems and determinants for the growth of both economies.

Keywords: Macroeconomics, Industrialization; Economic-Policies; Brazil; Argentina.

DOI:[10.11606/issn.1676-6288.prolam.2023.208276](https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2023.208276)

*Recebido em: 15/02/2023
Aprovado em: 28/06/2023
Publicado em: 30/07/2023*

1 Introdução

O presente artigo no formato de ensaio tem por objetivo apresentar as principais contribuições teóricas para a ciência econômica fornecidas por Nicholas Kaldor (1908-1986) e Raúl Prebisch (1901-1986), relacionando o pensamento de ambos com o funcionamento das economias hodiernas de Argentina e Brasil, identificando, possíveis problemas através da ótica do pensamento desses dois autores. Ao longo do trabalho, será demonstrado também que as construções teóricas dos autores não são apenas complementares, como parte fundamental para o restabelecimento de

maiores níveis de crescimento e desenvolvimento econômico para esses países.

Dessa forma, o artigo será dividido em cinco partes, às quais se soma - primeiro - essa introdução. A segunda parte do artigo fará uma discussão relativa às chamadas Leis de Kaldor e tecerá considerações a respeito das conclusões que o autor sustenta sobre o crescimento econômico; em um terceiro momento serão apresentados esses mesmos fatores para o pensamento de Raúl Prebisch. O quarto tópico do artigo trará uma relação entre as teorias dos dois autores, bem como alguns estudos e políticas recomendadas aos países do trabalho pelas instituições unilaterais a partir da década de 1990, e como essas estão em desacordo com a estruturação teórica dos dois autores. Serão apresentados dados recentes sobre a participação da indústria e algumas breves características sobre a pauta exportadora de ambos.

Derradeiramente, serão trazidos os comentários finais do trabalho e alguns questionamentos e reflexões suscitadas pelo trabalho de Kaldor e Prebisch. Uma investigação dessa natureza, pode contribuir, ainda que marginalmente, na reflexão para a construção de uma vertente teórica de caráter desenvolvimentista que possa se opor às recomendações ortodoxas feitas nos últimos anos para as economias latino-americanas, confrontando o pensamento econômico dos dois autores com o que vem sendo discutido por economistas pertencentes ao pensamento neoclássico da economia.

No que diz respeito à metodologia, será realizada uma revisão bibliográfica dos textos originais de ambos os autores, bem como serão utilizadas literaturas que contribuíram teoricamente para o estabelecimento de seu pensamento sobre o desenvolvimento econômico. Soma-se a essa revisão a análise de dados empíricos de Brasil e Argentina sobre a indústria, crescimento econômico e a pauta exportadora, além de textos que versam sobre o processo desindustrializante desses dois países. Vale salientar, que dadas as particularidades dos dados, foram utilizadas

informações publicadas pelo Banco Mundial e por literatura específica sobre a indústria e desindustrialização em ambos os países.

2 Aspectos teóricos e determinantes do crescimento econômico por Nicholas Kaldor

Nicholas Kaldor foi um economista britânico nascido em 1908, membro de uma família judaica de classe média, iniciou seus estudos em 1925 na Humboldt University em Berlim, posteriormente, em 1927 ingressou na London School of Economics para se tornar um dos maiores economistas do Reino Unido. Seus estudos se concentram na área do desenvolvimento, em que o autor se colocou como crítico aos modelos neoclássicos de crescimento originados a partir dos modelos de Solow (1956) e Swan (1956). Para o autor as noções de equilíbrio intrínsecas aos modelos eram irrealistas, por desconsiderar o papel da oferta no crescimento de longo prazo e as flutuações na demanda, além de não endogeneizar as mudanças técnicas e as implicações dos ganhos de escala.

Segundo Amitrano (2013, p. 288) os modelos de crescimento desenvolvidos por Kaldor são um marco importante para o desenvolvimento da primeira geração teórica da escola pós-keynesiana. Suas reflexões iniciais acerca do crescimento econômico estão na publicação do artigo "*Causes of the Slow Rate of Economic Growth of the United Kingdom*" em 1966. No artigo, Kaldor busca discorrer sobre os problemas encontrados na economia britânica que geravam menores taxas de crescimento para essa economia quando comparadas às taxas observadas para outros países naquele período.

A partir da investigação feita sobre a problemática do crescimento britânico, o economista estruturou um conjunto de leis, que ficou conhecido na literatura econômica como Leis de Kaldor. Essas leis explicam as razões para o baixo dinamismo econômico do Reino Unido. Fundamentadas em testes econométricos feitos pelo autor interpretam a

diferença de performance entre os países do capitalismo. Esses princípios podem ser resumidos da seguinte forma:

(I) A taxa de crescimento do produto nacional tem uma relação positiva com o crescimento do segmento industrial, portanto, quanto maior a taxa de crescimento industrial, maior o impacto positivo sobre o produto agregado; (II) Kaldor observou empiricamente que existe uma relação positiva entre os níveis de produtividade na indústria com o crescimento industrial, portanto, quanto maior o crescimento industrial em uma economia, maior será o crescimento da produtividade; (III) Taxas de crescimento das exportações impactam positivamente as taxas de crescimento observadas para o produto da economia; (IV) O crescimento econômico tem um comportamento contrário do que é apresentado pela economia clássica. O mesmo não é restringido pela oferta, mas pela demanda. Logo, a principal restrição da demanda, portanto do crescimento, são as condições do balanço de pagamentos. (KALDOR, 1966).

A primeira lei de Kaldor mostra que a indústria é a principal indutora do crescimento econômico. Ou seja, é um setor chave para o desenvolvimento econômico devido a fatores plurais, dentre os quais está o fato de que é um agente que dinamiza o crescimento econômico no longo prazo devido a sua capacidade de gerar efeito de encadeamento produtivo de investimentos, por possuir ganhos de escala, maior difusão do conhecimento tecnológico e utilização do mesmo para possibilitar a ampliação de produtividade e uma maior elasticidade-renda de seus produtos o que alivia a restrição externa do país exportador de manufaturas.

A literatura econômica considera como ponto nevrálgico para o desenvolvimento o crescimento da produtividade², seus ganhos, quando contínuos possibilitam que economias alcancem aumentos em sua renda *per capita* mesmo quando essas economias passam por processo de crescimento populacional. O crescimento da produtividade geralmente

² Acerca da importância da produtividade para o crescimento na concepção keynesiana, ver: Harrod (1939) e Domar (1946) e na concepção neoclássica: Solow (1956) e Meade (1961).

ocorre pela promoção de inovações tecnológicas que garantem maiores retornos crescentes de escala. Verdoorn (1949) ao realizar estudos sobre esses ganhos de escala propiciados por ganhos tecnológicos industriais, verificou uma relação causal, estável e positiva entre a taxa de crescimento do produto e a taxa de crescimento da produtividade no setor de manufatura para o longo prazo. Através de testes empíricos o economista chegou à seguinte relação formal:

$$P = a + bq \quad (1)$$

Em que: (P) é a taxa de crescimento da produtividade, (q) a taxa de crescimento da produção, (a) intercepto e (b) é o coeficiente de Verdoorn. Intuitivamente, de acordo com a equação (1), o aumento de um ponto percentual na taxa de produtividade leva a um aumento do coeficiente percentual na taxa de crescimento da economia. A existência de economias de escala garante a fundamentação teórica para essa lei, ou seja, ela é fundamentada no fato de que o custo médio de produção decai com o aumento da quantidade de bens produzidos. (THIRLWALL, 1980)

O coeficiente de Verdoorn, é basilar para a segunda Lei de Kaldor, também chamada, por esse motivo de Lei de Kaldor-Verdoorn, que relaciona o crescimento da produtividade do trabalho e da produção da seguinte maneira:

$$e = i + dq \quad (2)$$

Em que (e) é taxa de crescimento da produtividade do trabalho na manufatura; (i) é o intercepto, (d) é o coeficiente de Kaldor-Verdoorn que mensura a relação entre produtividade e a produção e (q) é a taxa de crescimento real no setor industrial da economia. Vale salientar que a segunda lei, determina que o crescimento da produtividade industrial depende do crescimento da indústria, conforme citado anteriormente, o crescimento industrial depende dos ganhos de escala desse setor.

Ao desenvolver o conceito de causalidade cumulativa circular³, inspirado no trabalho de seu ex-professor Allyn Young (1928) que fornece informações sobre as relações entre especialização do trabalho, ganhos de escala e transformações tecnológicas. Kaldor interpreta que causas múltiplas são delineadas por variáveis originárias e suas respectivas ligações. Ora, o crescimento da produtividade industrial depende, mesmo que em partes, do estágio de desenvolvimento industrial imediatamente anterior, logo, essas variáveis se interligam na determinação do processo de crescimento (KALDOR, 1966).

Existe uma relação de causalidade entre a terceira e a quarta Lei de Kaldor. Essas leis se colocam de forma oposta à teoria neoclássica de que o crescimento se baseia nas condições de oferta, e de que sua sustentabilidade no longo prazo depende exclusivamente dessas, ignorando por completo o papel das flutuações de demanda. No equilíbrio, oferta e demanda se igualam, para a teoria clássica, qualquer ponto fora dele é uma exceção e as forças de mercado tendem a retomar a situação ergódica. Kaldor, considera que a demanda possui um papel relevante como indutora de investimentos, fomentando maior escala de produção e acelerando as transformações tecnológicas. Ou seja, para o autor demanda e oferta não são fatores isolados (KALDOR, 1972).

Na terceira Lei, ao considerar a exportação como o componente da demanda agregada responsável por contribuir para um crescimento econômico sustentável, o autor está se referindo a um modelo tratado nos manuais de economia como *exported-led Growth*, que determina que a principal restrição ao crescimento induzido pela demanda agregada é o balanço de pagamentos.

Diante dessa consideração, temos que a quarta lei é uma implicação da terceira: o crescimento econômico liderado pela demanda é limitado pela condição de equilíbrio do Balanço de Pagamentos, denominada Lei Kaldor-Thirlwall, também chamada de equilíbrio intertemporal do balanço

³ O conceito de *causalidade cumulativa circular* discorre que o crescimento econômico, o desenvolvimento e o nível de renda de determinado país têm forte influência das características anteriormente existentes.

de pagamentos. Nesse modelo, o comércio externo e a expansão do setor industrial da economia atuam como fontes de demanda dos produtos industriais, logo, determinam o crescimento da produção industrial; em uma economia aberta, o dinamismo econômico depende diretamente da demanda por exportação em relação à propensão a exportar (THIRLWALL, 1979).

Thirlwall desenvolveu um modelo em que o comércio externo e o crescimento da indústria doméstica atuam como fontes de demanda por produtos industriais, logo, determinam o crescimento da produção da manufatura. Em uma economia aberta, o aumento de importação é dependente da demanda por exportação relativa à propensão a exportar. (Thirlwall, 1980). Kaldor estabelece que o crescimento da força de trabalho, progresso técnico e acumulação do capital são variáveis endógenas à economia.

Portanto, o incremento da força de trabalho, a dinâmica de acumulação de capital, o funcionamento institucional da economia e o progresso técnico são variáveis determinadas endogenamente para Nicholas Kaldor, sendo o crescimento das exportações o componente da demanda agregada mais importante para diferenciar as taxas de crescimento entre as economias, conclusões obtidas em sua investigação sobre a economia britânica, que trouxeram grandes reflexões para se fazer acerca da estrutura de outras economias, mesmo considerando que essas possuem fatores subjetivos relevantes em seu funcionamento.

3 Estruturação teórica Raúl Prebisch

Raul Prebisch foi um economista com destaque em subdesenvolvimento e aspectos da industrialização latinoamericana, argentino e para muitos o maior intelectual que integrava a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe). Sua principal obra sobre o subdesenvolvimento latinoamericano é o artigo publicado em 1949

“O Desenvolvimento Econômico na América Latina e seus principais Problemas”.

O trabalho foi elaborado através da observação de anos do comportamento do Balanço de Pagamentos da Argentina, ao realizar essa tarefa o autor concluiu que as condições comerciais eram extremamente desequilibradas para seu país, que exportava principalmente itens primários e produtos básicos, em detrimento dos países do ocidente que comerciavam produtos mais complexos e industrializados. Esse exame foi elaborado durante sua gestão como presidente do Banco Central Argentino, posto que chefiou entre 1935 e 1943.

No contexto da Segunda Guerra Mundial, os países da América Latina passaram a desenvolver a produção de determinados bens industrializados, o que provocou uma expansão econômica. Esse crescimento foi motivado pelas dificuldades de importação no período; ainda que a expansão tenha sido limitada pela ausência de alternativas para obtenção de insumos essenciais e bens de capital que possibilitasse a ampliação da planta produtiva. Ainda assim, segundo Prebisch, essa dinâmica é primordial por propiciar razões políticas, para questionar minimamente o modelo de Divisão Internacional do Trabalho, em que se tinha bem presente a ideia de que países periféricos deveriam se limitar ao fornecimento de bens primários para os países ricos.

A fundamentação teórica de Prebisch é estruturada a partir da análise crítica acerca da Teoria das Vantagens Comparativas⁴, segundo Prebisch, países que têm a renda elevada buscam diversificar o consumo de bens, e dificilmente flutuações positivas de renda relativamente consideráveis vão elevar abruptamente o consumo de itens primários que já integrem a cesta de bens dessa economia. Ao contrário de produtos industriais ou tecnológicos que possuem um crescimento de demanda maior frente às variações de renda (PREBISCH, 1949. p. 90).

⁴ Ver: Ricardo (1996).

A interpretação moderna das Vantagens Comparativas é fundamentada no Modelo de Solow⁵. Segundo o modelo, os frutos do progresso tecnológico necessariamente têm a tendência de se distribuir gradualmente a todos os países, seja através da queda de preço propiciada pelo aumento da produtividade, seja pela elevação da renda oriunda dessa mesma produtividade e da integração do mercado global na economia doméstica dos países. A participação no comércio internacional possibilitaria que até mesmo países produtores de bens primários conseguissem obter uma gama variável de bens para consumo ao mesmo tempo que potencializam o crescimento econômico. Segundo Prebisch, a prática é distinta (PREBISCH, 1949. p. 54).

Ao analisar a relação entre preços dos produtos e dos artigos finais da indústria, considerando os preços médios de importação e exportação respectivamente, o autor conclui que a flutuação de preços se moveu de forma a prejudicar em termos relativos os países que compõem a periferia. Para comprar a mesma quantidade de produtos primários de 1880 a 1935, a título de exemplo, os países do centro industrializado precisavam vender apenas 62% do volume de bens que comercializavam naquele ano, ao contrário do argumento clássico supracitado de que com os ganhos de produtividade conquistados pela indústria haveria uma redução de preços que seria favorável à periferia. Isso leva o autor a três conclusões.

(I) mesmo com os ganhos de produtividade, houve uma elevação da acumulação e da remuneração do capital, o oposto da diminuição dos preços frente a queda nos custos; (II) caso houvesse um crescimento de renda proporcional no centro e na periferia em relação aos ganhos de produtividade, inexistiria uma diferença da queda nos preços, como o ganho de produtividade é maior nas indústrias que nos bens primários, o índice comparativo teria se deslocado em benefício dos produtos primários. O que ocorre é o contrário: o indicador entre a quantidade de produtos finais da indústria que pode ser obtido pela quantidade de produtos primários iniciado em 100 para o quadriênio 1876-1880, representa 73,3 para

⁵ Sobre o modelo, ver: Solow (1956)

o quadriênio 1926-1930 e ao fim da análise histórica no biênio 46-47 está em 68,7. (III) A renda dos empresários e dos fatores produtivos nos centros industriais cresceu mais rapidamente que a elevação da produtividade, e na periferia menos do que seu aumento correspondente. Ou seja, as economias de custos propiciadas pelo aumento produtivo foram repassadas mais que proporcionalmente como renda ao centro industrial (PREBISCH, 1949. p. 56).

Portanto, além de não possuir uma curva de crescimento tendencial que se aproxime dos países ricos, os países da periferia econômica transferiram os seus ganhos de produtividade aos países centrais, materializando dois golpes nestas economias. Para Prebisch existe uma discrepância contínua entre demanda e oferta globais de bens produzidos nos centros cíclicos. Teoricamente, quando há um excesso de demanda, o lucro é elevado pelo aumento dos preços, corrigindo a situação inicial, assim como o mesmo lucro diminui quantos os preços caem, corrigindo o excesso de oferta.

O lucro é transferido dos empresários do centro para os produtores das zonas periféricas via alta dos preços, quanto maior o tempo necessário para a elevação da produção primária em relação ao tempo das outras etapas que compõem o processo produtivo, e quanto menores os níveis de estoques acumulados, maior é a proporção do lucro que vai sendo transferido para a periferia (PREBISCH, 1949. p. 58).

A explicação para a transferência desses ganhos vem da velocidade de ciclos. Os preços dos produtos primários se elevam mais rapidamente que o dos produtos industriais, entretanto, possuem uma queda mais acentuada que os últimos na fase descendente. Na alta, o lucro dos bens primários tem um nível de dilatação elevado se contraindo nas baixas, em economias ditas desenvolvidas isso ocorre para compensar a disparidade entre oferta e demanda. Momentos de crescimento econômico tem um mercado de trabalho mais aquecido, com isso, os trabalhadores tendem a receber maiores salários, teoricamente, o mesmo ocorreria na baixa em sentido oposto: menor nível de emprego e menor rendimento do trabalho.

A dinâmica prática é diferente, no centro econômico as grandes empresas têm maior poder sobre o mercado de trabalho e dinâmica econômica devido a sua organização oligopolista, enquanto que a periferia, por seu estágio de (sub)desenvolvimento tem uma estrutura mais concorrencial, nessa última dinâmica, conforme Keynes na Teoria Geral, os trabalhadores têm enorme relutância em aceitar diminuições salariais, ou seja, o nível salarial não necessariamente é semelhante a desutilidade marginal do trabalho (KEYNES , 1936. p. 49). Nesse sentido, se o centro não “aceita” essa diminuição, temos um deslocamento da pressão para a periferia, que conta com trabalhadores mais desorganizados principalmente no setor agrícola, fazendo com que esse movimento de queda dos salários e lucros seja mais fácil na periferia.

Os ganhos de produtividade não são distribuídos de maneira equânime entre os países agrícolas e os industrializados, o autor defende a industrialização como uma necessidade para os países latinoamericanos, somando-se ainda, o fato de que a produtividade do setor agrícola, devido aos seus insumos, tem o crescimento muito limitado, enquanto a curva produtiva industrial tende ao infinito. A existência do subdesenvolvimento, não é gerada necessariamente pela presença de instituições arcaicas, mas pela perpetuação de um sistema cujo funcionamento remete a um neocolonialismo, pelos mecanismos de mercado que precisam ser rompidos pela elevação da complexidade de bens vendidos, decorrente de uma industrialização profunda (PREBISCH , 1949. p.61).

O pensamento construído por Raúl Prebisch aponta que dentro da dinâmica econômica periférica, que conta com todos os problemas do capitalismo somados aos que decorrem de seu próprio desenvolvimento, a participação do Estado tem respaldo necessário em um processo de reformulação de sua indústria, de forma a interromper a drenagem de recursos da periferia para o centro desenvolvido.

O texto acerca dos problemas do subdesenvolvimento da América Latina, posteriormente se consolidou como o Manifesto da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e o Caribe) que estruturava

bases de interpretação econômica centradas nas particularidades do desenvolvimento econômico para os países da periferia econômica mundial. Tanto o pensamento de Prebisch quanto o construído pela Comissão eram influenciados diretamente um pelo outro, servindo de base para elaboração de políticas econômicas em toda a região durante os anos que marcaram a industrialização via Estado em alguns países da América Latina. A teoria centro-periferia parte de fundamentos teóricos presentes na Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, entretanto, contribuindo cientificamente como uma narrativa analítica original para as economias periféricas.

4 Prebisch e Kaldor à luz do funcionamento econômico recente

As construções teóricas de Prebisch e Kaldor apesar de motivadas por razões distintas e tendo como objeto de estudo níveis de desenvolvimento econômico bastante díspares, apontam a importância da indústria como fator necessário para atingir maiores graus de crescimento e desenvolvimento econômico.

Conforme apresentado anteriormente no texto, Prebisch através da sua análise para os países em subdesenvolvimento, chega à conclusão de que em uma relação entre centro e periferia, em que os primeiros fornecem itens industriais complexos e os últimos itens predominantemente primários, há uma concentração de lucros e ganhos produtivos dos países que comercializam itens industrializados em condições oligopolistas em relação às nações agrícolas e subdesenvolvidas.

De acordo com a conclusão do autor, os ganhos de produtividade não têm uma distribuição equânime entre países agrícolas e industrializados, e, portanto, a industrialização passa a ser uma necessidade para os países latino-americanos. Soma-se ainda, o fato de que a produtividade do setor agrícola, devido aos seus insumos, possui um crescimento muito limitado, enquanto que a curva produtiva industrial

tende ao infinito. A existência do subdesenvolvimento não é gerada necessariamente pela presença de instituições arcaicas, e sim, pela perpetuação de um ciclo que remete a um neocolonialismo, pelos mecanismos de mercado que precisam ser rompidos pela elevação da complexidade de bens vendidos, cuja superação decorre da industrialização profunda (PREBISCH, 1949. p. 61).

Kaldor, em suas quatro leis, aponta que o desenvolvimento industrial implica o crescimento da produtividade, maiores ganhos de escala e encadeamentos para frente e para trás capazes de sustentar maiores níveis de crescimento econômico e sustentabilidade desse mesmo crescimento no longo prazo. Outro fator relevante, presente no pensamento dos dois teóricos - ainda que indiretamente em Prebisch - está no equilíbrio intertemporal do balanço de pagamentos.

Prebisch, ao estruturar a relação entre centro e periferia e a presente deterioração dos termos de troca, alerta que o comércio internacional entre economias primárias e industriais atua como um dreno de produtividade através de divisas que é exercida pelo centro na periferia. Enquanto que Kaldor, em sua teoria aponta que o crescimento econômico não pode fugir da restrição colocada pelo pagamento de divisas, que no longo prazo não devem superar as receitas em moeda estrangeira. Ao analisar conjuntamente o pensamento dos autores, podemos notar a importância da indústria e seu papel na pauta exportadora de determinada economia.

Essas contribuições, bem como todas as que foram desenvolvidas ao longo do artigo podem ser de extrema importância para as economias hodiernas de Brasil e Argentina. Isso porque, atualmente essas economias, segundo Cano (2000), observam elevado grau de desindustrialização⁶ a partir da década de 1990.

As políticas econômicas recomendadas aos países durante a década de 1990 e defendidas, ainda hoje, pela ortodoxia econômica, argumentam que em economias lideradas pelas exportações, não exista um foco em políticas que estimulem o valor agregado dessas. Ao contrário, salientam a

⁶ Para ver mais sobre a industrialização e desindustrialização desses dois países, ver: Morceiro (2021), Palma (2005).

relevância da neutralidade de atuação do Estado quanto a incentivos (tarifas, manipulação de câmbio real, subsídios, etc) e a abertura externa para uma alocação de recursos mais eficiente através do mercado. Segundo Medeiros e Serrano (2001), o receituário ofertado pelo Banco Mundial e outras entidades multilaterais, decorre da insuficiente interpretação por essas instituições do desenvolvimento desses países. Visto que a industrialização de ambos contou com a forte participação do Estado.

As alterações observadas nos países periféricos, os quais passam pelo processo de desindustrialização prematura⁷, é justamente uma inflexão do desenvolvimento industrial no momento que a política macroeconômica passa a ser pautada pelas políticas estabelecidas no Consenso de Washington, de forte abertura comercial, diminuição do papel do Estado na esfera produtiva – concentrando as atividades em apenas reguladoras de mercado – diminuição de tarifas protecionistas da indústria nacional, e reversão da política cambial.

Segundo Palma, o processo prematuro de desindustrialização ocorreu de forma acelerada em países da América Latina, principalmente os que passaram a conceber em suas políticas econômicas os preceitos recomendados pelo Consenso de Washington (PALMA, 2005. p. 102). Nesse sentido, as economias brasileira e argentina são os países que assistem uma redução brusca na participação da indústria sobre o valor agregado e observam uma queda acentuada da relevância dos itens industriais de alta complexidade em sua pauta exportadora, logo, as teorias apresentadas ao longo do estudo podem servir de apoio para medidas que garantam um maior nível de crescimento econômico do que os observados hodiernamente.

A Argentina passa por um movimento desindustrializante a partir de 1979, que foi motivada por uma brusca abertura econômica, tornando latente as assimetrias de seu desenvolvimento em relação aos países em

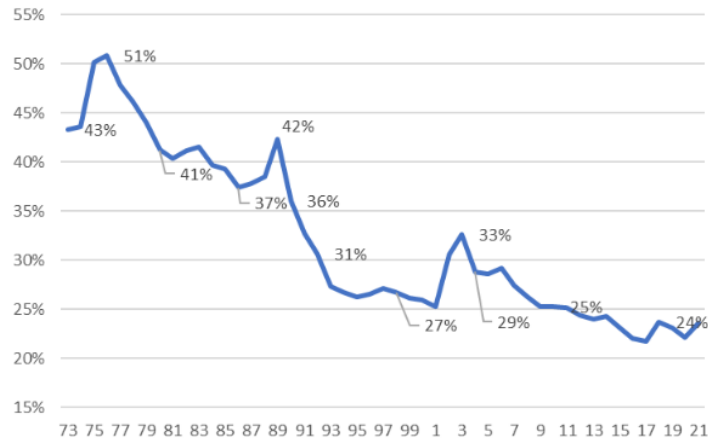
⁷ Sobre a desindustrialização prematura, ver: Palma (2005).

desenvolvimento, condicionando sua inserção comercial internacional de forma desfavorável à indústria.

Essa abertura tem início durante a gestão militar (1976-1983) que visando o combate inflacionário, passou a adotar em sua política econômica medidas de cunho ortodoxo: valorização artificial da moeda, redução das restrições vigentes até então de consumo a produtos importados e abandono da postura de um Estado com tendências desenvolvimentistas que vinham se construindo nas últimas décadas, ainda que com flutuações quanto a sua intensidade.

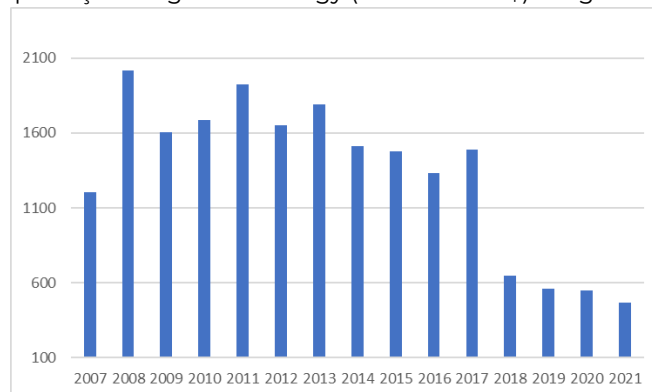
A política econômica adotada nos anos seguintes é fortemente influenciada pelo ideal militar de redução do intervencionismo estatal. Assiste-se à continuidade da valorização artificial da moeda, queda de demanda por itens domésticos, queda do valor adicionado da indústria e crescimento das taxas de desemprego. Seguindo os ditames propostos no Consenso de Washington, foi adotada uma reforma liberalizante por Carlo Menem (segundo presidente após a ditadura militar) que em sua essência consistia em cinco princípios para a reestruturação econômica argentina: (i) privatizações; (ii) abertura comercial; (iii) liberalização e abertura financeira; (iv) reformar a relação entre capital e trabalho; (v) programa de estabilização monetária a partir de uma taxa de câmbio fixa. (VADELL, 2006, p.199)

O baixo grau de competitividade, a ruptura com a dinâmica econômica desenvolvimentista e a forte abertura comercial, implicou a desindustrialização argentina, processo ainda mais agravado durante a década de 1990 devido à valorização artificial do câmbio e conseqüentemente a menor capacidade de competir com itens industriais estrangeiros, havendo uma reversão do consumo de itens predominantemente nacionais para mercadorias oriundas do exterior.

Gráfico 1: Indústria, valor agregado (% do PIB) - Argentina (1973-2021)

FONTE: elaborado pelo Autor com base em World Bank (2022a)

Concomitantemente à queda da participação da indústria no Produto Interno Bruto, podemos observar que a pauta exportadora argentina tem assistido nos últimos anos (Dados disponível a partir de 2007) a queda do nível de exportações para itens de alta tecnologia, ainda que apresente uma tendência de estagnação quanto à participação de itens primários, que respondem a números superiores à 60% entre 1985 e 2010 (recursos naturais e energia) (FERNANDEZ, 2014. p. 58).

Gráfico 2: Exportações High-technology (Milhões - US\$) - Argentina (2007-2021)

FONTE: Elaborado pelo Autor com base em World Bank (2022b)

O Brasil passa por um processo semelhante, com raízes também influenciadas pelas políticas determinadas no Consenso de Washington. A partir de 1990, cessando com o padrão das décadas anteriores, o Plano

Collor⁸ rompeu com mecanismos de contenção de importações, componente que era um dos mecanismos de defesa da indústria. Talvez o mais importante deles, foi a Lei do Similar Nacional que listava produtos cuja importação era proibida. Outro importante mecanismo interrompido foram os programas especiais de importação que eram conduzidos pela Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil.

Alíquotas médias de importação em patamares elevados foram descontinuadas de maneira brusca durante a década de 1990. Somado a abertura comercial, o governo Collor buscou desenvolver uma política industrial diametralmente oposta às que eram adotadas até então, o objetivo seria ampliar a competitividade e não expandir a capacidade produtiva, proposta que foi detalhada em um documento intitulado de “Diretrizes Gerais para a Política Industrial e de Comércio Exterior”, programa que objetivava elevar a eficiência na produção e comercialização de bens e serviços, com forte influência do que era recomendado pelo Consenso de Washington.

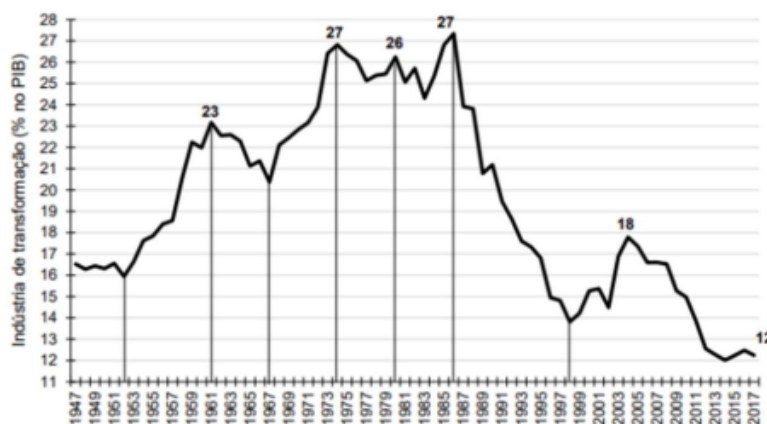
A nova maneira em que o país se inseriu no processo de globalização adotada a partir de 1990, pode ser considerada desfavorável à indústria nacional: a liberalização de importações, após um longo período em que o Brasil importou apenas petróleo, entrada de capitais descontroladas, maior competição para indústrias nacionais, elevadas taxas de juros para manutenção da estabilidade, dívida pública crescente, mesmo diante de privatizações e ausência de um plano industrial, alterou drasticamente a importância da indústria no Produto Nacional. (CANO, 2012)

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a participação da indústria de transformação no Brasil caiu de 36% em 1985 para 16,5% em 2018, ainda que os dados possam estar imprecisos devido a mudanças metodológicas no cálculo das contas nacionais na década de 1990, visto que o PIB nominal se elevou em 10% em 1995, enquanto o valor adicionado da indústria não sofreu alterações. Considerando isso, Morceiro

⁸ Plano Collor: conjunto de reformas econômicas e planos criados durante a presidência de Fernando Collor de Mello para estabilização da inflação.

(2021) traz uma nova série ajustada e compatibilizada para a metodologia atual das Contas Nacionais que o IBGE adota, e que pode ser replicado para outros setores que compõem a economia para comparação de resultados no longo prazo. Para o autor, a queda é de 27% de 1985 para 18% em 2005, chegando a 12% em 2017.

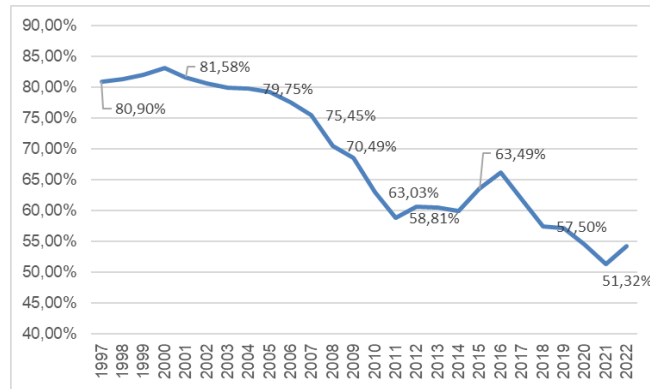
GRÁFICO 3: Indústria de transformação (% PIB), Brasil 1947-2017, a preços correntes: nova série compatibilizada para o SCN Ref. 2010 com o ajuste para dummy financeiro



FONTE: Morceiro, (2021)

As exportações ficam cada vez mais dependentes de produtos primários. Dados da Balança Comercial mostram que em 2011, ano do auge dos preços das *commodities*, o total de exportações foi de US \$256 bilhões, enquanto a de importações foi de US\$226 bilhões. Desse total, 57,8% corresponde a participação relativa da indústria de transformação, proporção bem abaixo da observada em 1993, em que esse segmento era responsável por 83,6% da pauta de exportações.

No ano, o superávit comercial dependia principalmente do setor agropecuário, que representava um saldo positivo de US \$78,5 bilhões, frente a um déficit de US\$48,7 bilhões da indústria de transformações. O Brasil exportava empregos industriais e seguia uma trajetória de maior dependência de ciclos instáveis dos preços das *commodities*.

Gráfico 4: Participação Indústria de transformação nas exportações totais (1997-2022) - Brasil

FONTE: Elaborado pelo Autor. MDICS (2022).

Esse contexto impactou o Brasil levando a reprimarização da pauta exportadora. Tanto a Argentina, quanto o Brasil passaram a partir da década de 1990 a importar produtos industriais mais complexos. Os itens atualmente exportados possuem uma baixa elasticidade renda, enquanto os importados são de alta elasticidade, segundo Prebisch, isso por si, justificaria a necessidade da industrialização dessas economias; esse argumento decorre, por serem os itens industriais complexos os únicos capazes de elevar a elasticidade renda das exportações, e, portanto, possibilitarem taxas de crescimento iguais, ou mais elevadas que os países centrais, sendo compatíveis com a restrição externa.

Evidentemente, conforme demonstrado por Kaldor, a tendência do investimento que cria capacidade produtiva não pode ser considerada exógena ao funcionamento econômico, pelo contrário, trata-se de um fator condicionado pelo nível de crescimento dos demais componentes da demanda final que não criam capacidade, logo seu incremento não é sustentável sem aqueles. Em síntese, no contexto do processo de acumulação o investimento é um componente induzido pelo mecanismo de multiplicador e depende da estrutura pré-existente da economia, conceito também chamado pelo autor de *path dependence*.

Logo nos termos de Kaldor e Prebisch, a diferença de crescimento observados entre os países centrais e os latinos, sobretudo durante a reversão dos processos industrializantes desses últimos, decorrem em larga

medida, ainda que não sejam as únicas, de dois fatores principais: a reprimarização da pauta exportadora, garantindo uma menor dinâmica econômica devido a perda de relevância da indústria desses países, e como segundo ponto, o dreno de recursos observados por Prebisch para as economias industrializadas devido aos seus ganhos de produtividade e alta elasticidade renda de seus produtos exportados.

6 Conclusão

Ao se estabelecer uma relação entre as construções teóricas de Raul Prebisch e Nicholas Kaldor à luz das economias brasileira e argentina, observamos que se faz necessário o fomento do debate acerca da importância para o desenvolvimento econômico da implantação de um setor de meios de produção, de produtos industriais de maior complexidade (bens de capital fixo), insumos intermediários e no longo-prazo um mercado de pesquisa e desenvolvimento nas economias periféricas.

Os dados referentes à complexidade industrial e pauta exportadora de Brasil e Argentina mostram uma tendência que está de acordo com a literatura desindustrializante tratada ao longo do artigo. Observa-se queda da importância relativa da indústria para ambos a partir de 1990, bem como uma queda no volume de exportações de itens industriais complexos. Nesse sentido, de acordo com a estruturação teórica dos autores, a inflexão industrial desses países impacta negativamente essas economias, reduzindo o potencial produtivo e conseqüentemente gerando taxas de crescimento econômico menores que as possibilitadas com uma superior importância relativa do segmento industrial.

Outro fato negativo observado através dos dados e à luz do pensamento de Kaldor e Prebisch diz respeito à pauta exportadora de ambos os países. O crescente ganho de importância de itens primários para a economia brasileira e o grau elevado de participação relativa dos

mesmos para a Argentina, quando somados à perda da participação de itens industriais mais complexos (principalmente os considerados *high tech*), elevam o que na literatura é chamada de deterioração dos termos de troca. Isto, visto que o valor adicionado por esses itens, bem como as receitas obtidas por sua comercialização pela periferia econômica são inferiores às que seriam conseguidas através da comercialização de produtos industriais mais complexos.

A partir da transformação desindustrializante, os potenciais de crescimento para a economia brasileira e argentina estão limitados por três fatores: (I) quanto aos ganhos de produtividade, que seriam superiores segundo os autores em economias mais dinâmicas no segmento industrial, (II) pela forte dependência da venda de itens primários em sua balança comercial, o que possibilitaria a exportação de empregos industriais de maior remuneração e elevado grau de postos formais de trabalho, e (III) ciclos de vulnerabilidade externa, dada a volatilidade dos preços desses itens.

Logo, observações sobre o comportamento dos últimos anos das pautas exportadoras, impactos das aberturas comerciais e análises quanto aos modelos de desenvolvimento desses países são um primeiro passo para conseguirmos estabelecer as implantações já citadas no primeiro parágrafo dessa conclusão - i. e. o desenvolvimento econômico da implantação de um setor de meios de produção, de produtos industriais de maior complexidade, insumos intermediários e no longo-prazo um mercado de pesquisa e desenvolvimento. Tais implantações são necessárias para lidar com o atual cenário econômico de ambos os países, conforme as teorias dos dois autores objeto deste artigo.

Isso implicaria o desenvolvimento econômico e científico dessas economias principalmente em dois sentidos. O primeiro deles traria em larga medida uma redução dos produtos de alta elasticidade renda importados por esses países. Também estabeleceria um segmento de produção complexo e com fortes multiplicadores econômicos, com capacidade de elevar o nível de produtividade, crescimento industrial e

volume de empregos. Tal procedimento, de acordo com os pensamentos de Kaldor e Prebisch em conjunto, elevaria os índices de crescimento econômico e impactaria positivamente o equilíbrio intertemporal do balanço de pagamentos, reduzindo o estrangulamento que esse fator poderia gerar à dinâmica econômica.

Uma política industrial de desenvolvimento voltada ao fomento da produção de bens mais complexos para esses países, pensada no médio-prazo, pode reduzir a dinâmica de escoamento de riquezas da periferia para o centro, através da implantação de um setor de bens intermediários. Isso porque os produtos desse setor garantem a autonomia para produzir, reduzindo os níveis de dependência do mercado industrial externo. Essa dinâmica é importante para diminuir a deterioração dos termos de troca - destacada por Prebisch - e para o equilíbrio intertemporal do balanço de pagamentos - problema mapeado pela teoria de Kaldor - dada a capacidade de geração de itens primordiais para o desenvolvimento da indústria interna.

Conforme se mostrou ao longo do estudo, as concepções teóricas de Kaldor e Prebisch são de grande valor para identificação de problemas atrelados à dinâmica econômica de Brasil e Argentina, bem como oferecem alternativas de políticas de desenvolvimento para que esses países consigam obter maiores níveis de crescimento através de uma reorganização produtiva direcionada pela indústria.

7 Referências

AMITRANO, Cláudio R. Regime de Crescimento, restrição externa e financeirização: uma proposta de conciliação. **Economia e Sociedade**. v. 22, n. 2. p. 285-316. ago. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-06182013000200001>. Acesso em: 10 maio 2023.

CANO, Wilson. **Soberania e política econômica na América Latina**. 1º ed. São Paulo. Editora Unesp, 2000.

CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. **Revista Economia e Sociedade**, v. 21, p. 831-851, 2012.

DOMAR, Eusey O. Capital Expansion, Rate of Growth and Employment, **Econométrica**, n. 14, pp. 137-147, abril 1946.

FERNANDEZ, Virginia L. **A inserção externa da Argentina**: um estudo sobre a relevância dos recursos naturais no padrão de exportações, a competitividade e o comércio intra-industrial, no período de 1985 a 2010. Orientador: Marcelo Luiz Curado; 2014. 168f. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Econômico – Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2014. Disponível em:

<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/37358/R%20-%20T%20-%20VIRGINIA%20LAURA%20FERNANDEZ.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

Acesso em: 2 jun. 2023.

KALDOR, Nicholas. Alternative Theories of Distribution, in: STIGLITZ, Joseph. E.; UZAWA, Hirofumi. **Readings in the Modern Theory of Economic Growth**. Cambridge The MIT Press. 1969. DOI: <https://doi.org/10.2307/2296292>

KALDOR, Nicholas. **Causes of the slow rate of economic growth of the United Kingdom**: an inaugural lecture. Londres. Cambridge UP. 1966.

KALDOR, Nicholas. The Irrelevance of Equilibrium Economics. **The Economic Journal**. Oxford. v. 82. n. 328. p. 1237-1255. dez. 1972. DOI: The Irrelevance of Equilibrium Economics. Acesso em: 12 abr. 2023.

KEYNES, John M. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. 1º ed. São Paulo, Editora Saraiva, Coleção Clássicos da Economia, 2012.

HARROD, Roy Forbes. An essay in dynamic theory, **Economic Journal**, v. 49, n. 193, pp. 14–33. 1939.

MDICS (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS). **Resultados do Comércio Exterior Brasileiro - Dados Consolidados**. Secretaria de Comércio Exterior - MDIC. 07 jun. 2023. Disponível em: https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes_dados_consolidados/pg.html. Acesso em: 02 mai. 2023.

MEADE, James E. **A Neo-Classical Theory of Economic Growth**. Londres: G. Allen & Irwin Ltd., 1961.

MEDEIROS, Carlos A.; SERRANO, Franklin. Inserção Externa, Exportações e Crescimento no Brasil. In: FIORI, José. L.; MEDEIROS, Carlos. (Org.). **Polarização Mundial e Crescimento**. 1ed. Petrópolis, Vozes, 2001.

MORCEIRO. Paulo. C. Influência metodológica na desindustrialização brasileira. **Brazil. J. Polit. Econ.** v. 4 n 41. p. 700-722, out. - dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-31572021-3195>. Acesso em: 30 abr. 2023.

PALMA, José G. Cuatro fuentes de “ desindustrialización” y un nuevo concepto del “síndrome holandés”. In: OCAMPO, José. A. **Más allá de las**

reformas: dinámica estructural y vulnerabilidad macroeconómica. 1ºed. Bogotá, Alfaomega Colombiana, 2005.

PREBISCH, Raúl. O Desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**. v. 1. 3, n. 3. 1949. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2443>. Acesso em: 12 abr. 2023.

RICARDO, David. **Princípios da Economia Política e Tributação**. 3º ed. São Paulo. Editora Nova Cultural. Coleção os economistas. 1996.

SOLOW, R. M. A Contribution to the Theory of Economic Growth. **Quarterly Journal of Economics**, v. 70, n. 1, p. 65–94 , 1956.

THIRLWALL, Anthony. P. The Balance of payments constraint as an explanation of international growth rate differences. **PSL, Quarterly Review**, v. 64. n. 259, 1979. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2049757>. Acesso em: 10 maio 2023.

THIRLWALL, Anthony. P. Rowthorn 's Interpretation of Verdoorn' s Law. **The Economic Journal**. Oxford. v. 90. n 358, p. 386-388. jun. 1980. DOI: <https://doi.org/10.2307/2231799>. Acesso em: 12 abr. 2023.

VADELL, J. A. A política internacional, a conjuntura econômica e a Argentina de Néstor Kirchner. **Rev. bras. polít. int.** v. 1 n. 49. p.194-214, jun. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292006000100011>. Acesso em: 30 abr. 2023.

VERDOORN, Johannes P. On the factors determining the growth of labor productivity. **Italian economic papers**, v. 2, p. 59-68, 1949.

WORLD BANK. Industry (including construction), value added (% of GDP) – Argentina, **World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files**, 2022a Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NV.IND.TOTL.ZS?locations=AR>. Acesso em: 02 maio 2023.

WORLD BANK. Medium and high-tech exports (% manufactured exports) – Argentina, **Competitive Industrial Performance (CIP) database**. 2022b. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/TX.MNF.TECH.ZS.UN?locations=AR>. Acesso em: 02 maio 2023.

YOUNG, Allyn. Increasing Returns and Economic Progress. **History of Economic Thought Articles**, vol. 38, 527-542. 1928.